



2444
e

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0183955-8
APELANTE: Estado de Pernambuco
APELADO: Gerdau S/A
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. ICMS. IMUNIDADE. EXPORTAÇÃO. ART. 155, §2º, X, "a", DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. REDAÇÃO ANTERIOR À EC Nº. 42/2003. PRODUTOS SEMI-ELABORADOS. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DO ART. 1º DA LC Nº. 65/91. CUMULATIVIDADE. APELO IMPROVIDO. 1. A solução da controvérsia consiste em definir se a incidência de ICMS sobre operações de exportação de mercadorias, autorizada pelo art. 155, §2º, X, "a", da Constituição Federal, na redação anterior à EC nº. 42/2003, estava condicionada ao preenchimento cumulativo ou alternativo dos requisitos previstos no art. 1º da LC nº. 65/91. 2. Quanto ao tema, no julgamento da medida cautelar na ADI nº 600-2/MG, o Supremo Tribunal Federal posicionou-se pela *cumulatividade* das exigências contidas no art. 1º da LC nº. 65/91 para caracterizar uma mercadoria como produto semi-elaborado e, assim, autorizar a incidência do ICMS-exportação. 3. Na mesma trilha, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça pacificou entendimento no sentido *"para ser considerado semi-elaborado e, conseqüentemente, sujeitar-se à incidência de ICMS, o produto deveria preencher cumulativamente os três requisitos indicados nos incisos do art. 1º da LC 65/1991. Assim, não preenchido um dos requisitos, é de se reconhecer a imunidade de ICMS na operação de exportação do produto"* (AgRg nos EDcl no REsp 703.312/PR, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 30/3/2010). 4. Desse modo, não merece acolhida a tese do réu/apelante no sentido de que para a incidência do ICMS sobre a exportação de produtos semi-elaborados bastaria o enquadramento em pelo menos um dos requisitos alternativamente previstos nos incisos do art. 1º da LC nº. 65/91. 5. Ademais, o autor/apelado se desincumbiu do ônus de comprovar que as mercadorias autuadas não se enquadram no conceito de produtos semi-elaborados delineado no art. 1º da LC nº. 65/91, já que juntou aos autos diversas provas técnicas nesse sentido, em especial o Parecer Técnico n. 1796/91 elaborado, a pedido da Secretaria da Fazenda de Pernambuco, pela Fundação Instituto Tecnológico do Estado de Pernambuco - ITEP nos autos do Processo Administrativo nº 3515958/91. 6. De fato, o Parecer Técnico elaborado pelo ITEP constatou que as matérias-primas utilizadas na fabricação das mercadorias exportadas sofreram modificações de natureza química, o que implica na ausência de preenchimento do requisito previsto no inciso II do art. 1º da LC nº. 65/91. 7. Não há, portanto, razão para afastar a imunidade tributária constante do art. 155, §2º, X, "a", da Constituição Federal, na redação anterior à EC nº. 42/2003, relativamente às mercadorias discutidas nos presentes autos. 8. Reexame necessário improvido, prejudicado o apelo voluntário. 9. Decisão unânime.

Des. F. B. de Mello



445
e

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 0183955-8, acima referenciados, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, por unanimidade, em negar provimento ao reexame necessário, prejudicado o apelo voluntário, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 22 de mai de 2014 (data do julgamento)

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0183955-8
APELANTE: Estado de Pernambuco
APELADO: Gerdau S/A
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **apelação cível** interposta por **Gerdau S/A** contra sentença proferida nos autos da Ação Anulatória de Débito Fiscal nº 001.2002.037706-2, em se pretende a anulação do auto de infração nº 005.01275/97-5, o qual foi lavrado sob a acusação de que o autor/apelado não recolheu o ICMS incidente sobre a exportação de produtos semi-elaborados.

Para tanto, o autor/apelado afirma que a incidência de ICMS sobre produtos semi-elaborados dependeria do preenchimento cumulativo de todos os requisitos previstos nos incisos do art. 1º da LC nº. 65/91, o que não se verificaria no caso dos autos.

Nesse sentido, juntou à Ação Anulatória laudo técnico elaborado pela Fundação Instituto Tecnológico do Estado de Pernambuco – ITEP nos autos do Processo Administrativo nº 3515958/91, cuja conclusão informa que houve modificação da natureza química das matérias-primas utilizadas na fabricação dos produtos objeto de exportação.

Por outro lado, o réu/apelante sustenta que para a incidência do ICMS sobre a exportação de produtos semi-elaborados bastaria o enquadramento em pelo menos um dos requisitos alternativamente previstos nos incisos do art. 1º da LC nº. 65/91.

Além disso, argumenta que o autor/apelado não teria se desincumbido do ônus de comprovar que os produtos que exportara poderiam ser caracterizados como industrializados, já que o laudo técnico produzido unilateralmente não seria suficiente para esses fins.

Na sentença (fls. 398-402), o juízo de primeiro grau julgou procedente os pedidos formulados na exordial e anulou o auto de infração impugnado por considerar que a exportação das mercadorias discutidas nos autos está albergada pela imunidade tributária prevista no art. 155, X, “a”, da Constituição Federal.

Razões de apelação às fls. 405-409.

Contrarrazões às fls. 411-419.

A douta Procuradoria de Justiça (fls. 430/434) deixou de emitir parecer em virtude da ausência de interesse público que justificasse a intervenção ministerial no feito.

440
2014



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

É o relatório.

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 12 de maio de 2014.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0183955-8
APELANTE: Estado de Pernambuco
APELADA: Gerdau S/A
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

A solução da controvérsia consiste em definir se a incidência de ICMS sobre operações de exportação de mercadorias, autorizada pelo art. 155, §2º, X, "a", da Constituição Federal, na redação anterior à EC nº. 42/2003, estava condicionada ao preenchimento cumulativo ou alternativo dos requisitos previstos no art. 1º da LC nº. 65/91.

De início, cumpre analisar os termos do art. 1º da LC nº. 65/91 no que tange à definição de produtos semi-elaborados:

Art. 1º É compreendido no campo de incidência do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviço de transporte interestadual e intermunicipal, e de comunicação (ICMS) o produto industrializado semi-elaborado destinado ao exterior:

I - que resulte de matéria-prima de origem animal, vegetal ou mineral sujeita ao imposto quando exportada in natura.

II - cuja matéria-prima de origem animal, vegetal ou mineral não tenha sofrido qualquer processo que implique modificação da natureza química originária.

III - cujo custo da matéria-prima de origem animal, vegetal ou mineral represente mais de sessenta por cento do custo do correspondente produto, apurado segundo o nível tecnológico disponível no País.

Quanto ao tema, no julgamento da medida cautelar na ADI nº 600-2/MG, o Supremo Tribunal Federal posicionou-se pela *cumulatividade* das exigências contidas no art. 1º da LC nº. 65/91 para caracterizar uma mercadoria como produto semi-elaborado e, assim, autorizar a incidência do ICMS-exportação.

Com efeito, a ADI nº 600-2/MG foi proposta com o objetivo de fulminar a LC nº. 65/91, que disciplinou a incidência de ICMS relativamente a produtos destinados à exportação, em razão da suposta existência de vícios de forma e de fundo constantes no referido diploma legal.

A medida cautelar foi indeferida no ponto em a ação se fundamenta na alegação de vício formal da LC nº. 65/91. No que interessa a esta demanda, transcrevo o seguinte trecho do voto do Ministro Relator Marco Aurélio:

"DO VÍCIO DE FORMA.

O projeto que deu origem à Lei Complementar nº 65, de 15 de abril de 1991, teve início no Senado. Remetido à Câmara dos Deputados, ocorreu aprovação de substitutivo do Deputado José Serra, retornando, então, em estrita observância ao disposto no artigo 65 da Constituição

447
e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Federal, à Casa iniciadora, que o apreciou, ao que tudo indica, à luz do artigo 287 do próprio Regimento Interno, tomando-se o substitutivo como série de emendas.

Sustenta o Requerente que a supressão do conectivo “e” constante do substitutivo entre os incisos II e III do artigo 1º implicou a existência de emenda, razão pela qual o projeto deveria ter sido mandado de volta à Câmara.

O alcance emprestado pelo Requerente ao parágrafo único do artigo 65 da Lei Básica Federal contraria a razão de ser da regra nele inserta, ao menos ao primeiro exame. O retorno ali previsto tem objetivo único de aperfeiçoar a revisão de que cuida a cabeça do artigo. Daí estar contida em dispositivo que disciplina a revisão dos projetos a ser procedida quer pela Câmara, quer pelo Senado, conforme seja a Casa de origem. À primeira vista, não há como emprestar ao disposto no parágrafo único em comento sentido que acabe por revelar a indeterminação de remessas, o que poderia surgir caso admitida a obrigatoriedade de retorno à Casa revisora sempre que alterado, na forma ou na substância, o que aprovara. Confundiriam-se os papéis reservados às Casas do Congresso e que são definidos em face à origem do projeto.

A isto soma-se a circunstância de pesarem sérias dúvidas no que afirmada a existência não de alteração redacional, mas de conteúdo. O avulso do projeto evidencia que a Casa de origem - o Senado Federal - aprovou-o prevendo a cumulatividade das exigências atinentes à tributação.

(...)

Na Câmara, ao aprovar-se o substitutivo, não se adotou a fórmula pedagógica da menção explícita à cumulatividade. Após repetir-se o teor do artigo, suprimido o vocábulo “cumulatividade”, foram lançadas as balizas para a incidência do imposto, inserindo-se entre os incisos II e III o conectivo “e”.

Conforme consta dos autos, o Senado Federal concluiu que a supressão do “e” aperfeiçoava o texto na área redacional e assim procedeu, mandando o projeto à sanção presidencial.

A plausibilidade deste último enfoque exsurge. É que, em não se considerando cumulativas as exigências dos incisos, deixa de haver justificativa para a previsão dos requisitos constantes dos incisos II e III. O simples fato de o produto industrializado semi-elaborado estar sujeito à incidência desde que resulte de matéria-prima de origem animal, vegetal ou mineral sujeita ao imposto quando exportada *in natura* revela, *per se*, abrangência, a tornar supérfluos os dois incisos seguintes, no que impõem a necessidade de as citadas matérias-primas terem sofrido qualquer processo que haja implicado modificação de natureza química originária (inciso II) e de representarem, no custo do produto, mais de sessenta por cento (inciso III).

O que se nota neste exame preliminar é que, excluída a consideração conjunta dos incisos para a definição da incidência do imposto, os dois últimos passam a não apresentar qualquer eficácia, pois toda matéria-prima de origem animal, vegetal ou mineral que não tenha sofrido qualquer processo que implique modificação da natureza química (inciso II) e que suplante mais de sessenta por cento do valor do produto industrializado (inciso III) está compreendida na expressão “matéria-prima de origem animal, vegetal ou mineral” constante do inciso I. Logo, fosse suficiente o atendimento isolado deste último, inócuos mostrar-se-iam os dois incisos seguintes.

Portanto, ainda que se admita, por amor à polêmica, a necessidade de retorno preconizada na peça inicial, podendo provocar idas e vindas intermináveis de um projeto de uma Casa à

448
B



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

outra, percebe-se, à primeira visão, a coerência da premissa segundo a qual a supressão do “e” não importou mudança de fundo, mas redacional. Aliás, nesse sentido chegou-me às mãos pareceres do filólogo Antônio Houaiss e dos juristas Galeno Lacerda e Gilberto de Hulhoa Canto.

De qualquer forma, deve se ter em conta não só a construção jurisprudencial relativa à interpretação conforme o texto constitucional, como também a gradação dos interesses em questão. De um lado, o dos Estados no fortalecimento das próprias receitas e, do outro, o do País, no incentivo às exportações indispensáveis a que se preserve o equilíbrio da balança comercial. (...)”.

(Grifou-se)

Por sua vez, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça segue na mesma trilha:

PROCESSUAL CIVIL. ICMS. EXPORTAÇÃO. PRODUTOS SEMI-ELABORADOS. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DO ART. 1º DA LC 65/91. SIMULTANEIDADE. ANULAÇÃO DO ACÓRDÃO. PRODUTO INDUSTRIALIZADO. IMUNIDADE. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. AUTORIZAÇÃO OS ADQUIRENTES. ATENDIMENTO, EM TESE, AO DISPOSTO NO ART. 166 DO CTN.

1. O Superior Tribunal de Justiça entende que o produto, para ser considerado semi-elaborado, deve preencher concomitantemente os requisitos dos incisos I, II e III do art. 1º da LC 65/91. Em se tratando de produto semi-elaborado, incidia, à época, o ICMS na exportação.

2. Hipótese em que o Tribunal a quo, ao julgar a Apelação, concluiu, com base na prova dos autos, que um dos produtos examinados (suco de laranja) preenche simultaneamente os três requisitos estabelecidos no dispositivo citado.

3. Ocorre que o TJ, ao rejeitar os Aclaratórios, que buscavam esclarecimento especificamente quanto ao preenchimento do requisito do inciso III, afirmou coisa diversa (desnecessidade de simultaneidade), contrariando a jurisprudência do STJ.

4. Há evidente obscuridade e contradição entre as manifestações no julgamento da Apelação e nos aclaratórios, inexistindo o devido esclarecimento do TJ a respeito, o que implica ofensa ao art. 535 do CPC.

5. Ainda que não houvesse violação do art. 535 do CPC, mesmo reconhecendo que o entendimento do TJ no julgamento dos aclaratórios implica ofensa ao art. 1º da LC 65/1991, seria inviável dar total provimento ao pleito das contribuintes quanto ao mérito da demanda, pois não existe a possibilidade de o STJ avançar e afirmar, sem reexame fático probatório, que o produto da empresa, neste caso, não é semi-elaborado, ou seja, que não satisfaz a exigência do inciso III do apontado dispositivo legal.

6. A rigor, a manifestação do Tribunal de Justiça, ao julgar a Apelação, foi favorável ao Fisco, pois reconheceu que houve preenchimento dos três requisitos legais e, portanto, qualificação do produto como semi-elaborado, o que leva à incidência do ICMS na exportação. Como visto, ao julgar os aclaratórios, o TJ simplesmente afirmou que o preenchimento simultâneo aos três requisitos seria irrelevante.

7. Também por essa linha interpretativa (ofensa ao art. 1º da LC 65/1991), os autos devem retornar à origem para que o TJ-SP analise conclusivamente se houve atendimento simultâneo a todos os requisitos legais para a qualificação do produto como semi-elaborado.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

8. Quanto à segunda espécie de produto analisado (óleo e outros derivados da soja), o TJ reconheceu tratar-se de bens industrializados e, portanto, imunes ao ICMS na exportação. No entanto, não apreciou as declarações dos adquirentes dos bens (que, segundo as recorrentes, autorizam a repetição do indébito), pois entendeu obrigatório, adicionalmente, comprovar que o encargo econômico foi efetivamente repassado a esses compradores.

9. Configura-se a violação do art. 535 do CPC também em relação ao art. 166 do CTN, pois, se o contribuinte apresenta a autorização dos adquirentes para a repetição, é desnecessária a comprovação do repasse, já que, de duas uma: a) ou o encargo econômico do ICMS foi transferido aos compradores (e, nessa hipótese, existe autorização para a repetição), ou b) se não houve o repasse, o contribuinte-vendedor assumiu o ônus do tributo, sendo o titular direto do direito à repetição.

10. Também por essa razão, os autos devem retornar à origem, para que o TJ-SP aprecie a prova (declarações dos adquirentes) e verifique o atendimento ao requisito para a restituição.

11. Recurso Especial parcialmente provido.

(STJ, REsp 1243333/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/10/2012, DJe 19/12/2012)

(Grifou-se)

TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. ICMS. PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS OU SEMI-ELABORADO. AUSENTE UM DOS REQUISITOS CUMULATIVOS PREVISTOS NO ART. 1º DA LC 65/91. IMUNIDADE RECONHECIDA. PROVA PERICIAL. LAUDOS TÉCNICOS. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. ÔBICE DO VERBETE DA SÚMULA Nº 7/STJ. HONORÁRIOS. ART. 20, § 4º, DO CPC. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

1. Na presente demanda, analisa-se a possibilidade de tributação de ICMS sobre produtos elaborados e destinados ao exterior que estão sendo exigidos por intermédio de execução fiscal ajuizada contra a empresa ora recorrida. A sentença acolheu os embargos à execução, uma vez que manejados com base na CDA inexigível. O Tribunal de origem, soberano na análise do acervo fático-probatório dos autos, mediante prova pericial, afastou a referida tributação, por entender preenchidos os requisitos legais para a imunidade (art. 155, X, "a", da CF).

2. O Estado de Minas Gerais, ora recorrente, nas razões recursais, alega violação dos arts. 1º e 2º da LC 65/91, sob o argumento de que a perícia contábil elaborada não observou, na apuração do custo do respectivo produto, os parâmetros estabelecidos pelo art. 2º, I, da Lei Complementar 65/91. Insurge-se também quanto aos honorários fixados: 10% sobre o valor atribuído à causa.

3. Este Superior Tribunal tem jurisprudência no sentido de que "para ser considerado semi-elaborado e, conseqüentemente, sujeitar-se à incidência de ICMS, o produto deveria preencher cumulativamente os três requisitos indicados nos incisos do art. 1º da LC 65/1991. Assim, não preenchido um dos requisitos, é de se reconhecer a imunidade de ICMS na operação de exportação do produto" (AgRg nos EDcl no REsp 703.312/PR, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 30/3/2010).

4. No caso dos autos, a Corte local, ao negar provimento à apelação, entendeu que os produtos elaborados destinados ao exterior produzidos no período de 1/4/1995 a 15/9/1995 são imunes ao ICMS, consignando de forma expressa que, após análise de prova pericial, foram preenchidos os requisitos legais para a incidência da imunidade tributária.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

5. A matéria trazida à baila somente pode ser elucidada mediante análise de matéria fática, o que, no presente apelo, encontra óbice na Súmula 7/STJ. Precedentes.

6. Quanto aos honorários, o juiz, nos embargos à execução fiscal, extinguiu o feito, por entender que as mercadorias exportadas seriam industrializadas, sendo, pois, imunes ao ICMS, ocasião em que condenou o Estado, ora recorrente, ao pagamento dos honorários advocatícios arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor atribuído à causa.

7. Somente em casos excepcionais, quando se tratar de valores irrisórios ou exorbitantes, admite-se a sua análise no apelo nobre. No presente caso, considerando que os honorários advocatícios foram fixados em 10% sobre o valor atribuído à causa, não há falar em exorbitante.

8. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido.

(STJ, REsp 1186493/MG, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 22/06/2010, DJe 01/07/2010)
(Grifou-se)

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. ICMS. SEMI-ELABORADOS. LC 65/1991. CONTRADIÇÃO.

1. No período anterior à EC 42/2003, somente os produtos industrializados eram imunes ao ICMS sobre exportações. Incidia o tributo estadual sobre a saída de semi-elaborados, conforme definido em lei complementar federal (art. 155, § 2º, X, "a", da CF).

2. A jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que o produto deve preencher cumulativamente os três requisitos indicados nos incisos do art. 1º da LC 65/1991 para qualificar-se como semi-elaborado e, portanto, submeter-se à incidência do ICMS. Dito de outra forma, caso o produto não preencha qualquer dos três critérios legais, será considerado industrializado e, conseqüentemente, imune ao tributo estadual.

3. Hipótese em que o acórdão recorrido consignou ser necessário o preenchimento concomitante dos três requisitos para o deferimento do pleito da contribuinte. Contraditoriamente, o mesmo voto-condutor fundamenta-se em precedente do STF no sentido inverso: o não-preenchimento de qualquer dos critérios listados no art. 1º da LC 65/1991 é suficiente para afastar a incidência do ICMS e, portanto, para o provimento do pedido da contribuinte. Configura-se ofensa ao art. 535 do CPC.

4. Recurso Especial provido.

(STJ, REsp 1130140/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/09/2009, DJe 30/09/2009)
(Grifou-se)

Desse modo, não merece acolhida a tese do réu/apelante no sentido de que para a incidência do ICMS sobre a exportação de produtos semi-elaborados bastaria o enquadramento em pelo menos um dos requisitos alternativamente previstos nos incisos do art. 1º da LC nº. 65/91.

Ademais, o autor/apelado se desincumbiu do ônus de comprovar que as mercadorias autuadas não se enquadram no conceito de produtos semi-elaborados delineado no art. 1º da LC nº. 65/91, já que juntou aos autos diversas provas técnicas nesse sentido (vide fls. 216-233 e fls. 248-251), em especial o Parecer Técnico n. 1796/91



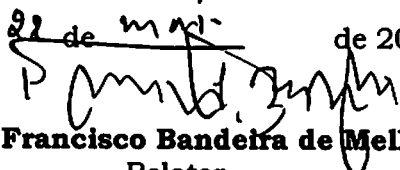
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

(fls. 252-255) elaborado, a pedido da Secretaria da Fazenda de Pernambuco, pela Fundação Instituto Tecnológico do Estado de Pernambuco – ITEP nos autos do Processo Administrativo nº 3515958/91.

De fato, o Parecer Técnico elaborado pelo ITEP constatou que as matérias-primas utilizadas na fabricação das mercadorias exportadas sofreram modificações de natureza química, o que implica na ausência de preenchimento do requisito previsto no inciso II do art. 1º da LC nº. 65/91.

Não há, portanto, razão para afastar a imunidade tributária constante do art. 155, X, “a”, da Constituição Federal relativamente às mercadorias discutidas nos presentes autos.

Ante o exposto, **nego provimento ao reexame necessário**, prejudicado o apelo voluntário, mantendo a sentença recorrida em todos os seus termos.

Recife, ²² de ^{maio} de 2014.

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator